



## Universidades Lusíada

Gaspar, Maria Fernanda

Gaspar, João Pedro

Elias, A.

### **Desafios de autonomização com jovens (Ex) acolhidos**

<http://hdl.handle.net/11067/4615>

<https://doi.org/10.34628/cn42-nj39>

#### **Metadados**

##### **Data de Publicação**

2017

##### **Resumo**

A Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos nasceu no âmbito de um projeto de investigação/ação que surge na sequência de um trabalho de campo de 15 anos e de um estudo académico que se materializou numa tese de doutoramento onde foram analisados os desafios da autonomização de jovens adultos ex-institucionalizados. Esta Associação tem como público-alvo adolescentes e jovens adultos e um dos pilares científicos pelo qual se rege é o modelo Bioecológico do Desenvolvimento de Bronfenbrenner. ...

Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos came to life as a research/action project following a 15 years long field work and an academic study which turned into a Phd theses where there were analyzed the autonomization challenges for former foster young adults. This association has as target teenagers and young adults and one of the scientific pillars it follows is Bronfenbrenner's bioecologic model of development. It sees the youngsters in a holistic perspective, having into account all t...

##### **Palavras Chave**

Jovens - Assistência em instituições, Crianças - Assistência em instituições, Integração social, Autonomia (Psicologia)

##### **Tipo**

article

##### **Revisão de Pares**

Não

##### **Coleções**

[ULL-IPCE] RPCA, v. 08, n. 1 (Janeiro-Junho 2017)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:29:15Z com informação proveniente do Repositório

**DESAFIOS DE AUTONOMIZAÇÃO COM JOVENS (EX)  
ACOLHIDOS**

**AUTONOMIZATION CHALLENGES WITH (FORMER)  
FOSTER CARE YOUTH**

**Maria Fernanda Gaspar & João Pedro Gaspar**  
*Investigador da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra*

**Elias, A.**  
*Plataforma PAJE - Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos - Associação*

**Resumo:** A Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex)acolhidos nasceu no âmbito de um projeto de investigação/ação que surge na sequência de um trabalho de campo de 15 anos e de um estudo académico que se materializou numa tese de doutoramento onde foram analisados os desafios da autonomização de jovens adultos ex-institucionalizados. Esta Associação tem como público-alvo adolescentes e jovens adultos e um dos pilares científicos pelo qual se rege é o modelo Bioecológico do Desenvolvimento de Bronfenbrenner. Vê os jovens numa perspetiva holística englobando todos os contextos onde estão ou tenham estado inseridos, desafiando a sociedade a ser colaborante e a saber acolher. Numa perspetiva ecológica e desenvolvimentista, tendo em conta as especificidades de cada adolescente e numa abordagem multidisciplinar a PAJE atua em três eixos: Apoio e intervenção a ex-acolhidos em situações de desespero, situações pontuais e situações de continuidade; Formação e colaboração em Casas de Acolhimento a jovens ainda acolhidos e a profissionais; Investigação científica multidisciplinar, visando divulgar e ser voz ativa nas políticas públicas desta área. Avaliando o problema a jusante, a Plataforma PAJE pretende preveni-lo, desenvolvendo o seu trabalho nas Instituições de acolhimento, através de ações de formação a jovens ainda acolhidos e aos seus cuidadores. As dezenas de jovens que nos solicitam apoio, alguns com comprometimento cognitivo e/ou redes sociais frágeis, levam a que o quotidiano da Plataforma PAJE passe igualmente por minimizar o desamparo em que se encontram estas vítimas prematuras da própria família e/ou da sociedade. Também por isso, a Plataforma PAJE aplica um modelo de educação não formal, direcionado para a autonomização, respeitando a individualidade, tendo sempre por base a história de vida de cada um, apoiando, orientando, e formando jovens e adultos, promovendo uma emancipação bem-sucedida, transições favoráveis e a inclusão social.

**Palavras-chave:** Jovens, Autonomização, Inclusão social, Contextos sociais.

**Abstract:** Plataforma PAJE – Apoio a Jovens (Ex) Acolhidos came to life as a research/action project following a 15 years long field work and an academic study which turned into a Phd theses where there were analyzed the autonomization challenges for former foster young adults. This association has as target teenagers and young adults and one of the scientific pillars it follows is Bronfenbrenner’s bioecologic model of development. It sees the youngsters in a holistic perspective, having into account all the contexts where they are and were inserted, thus challenging society to collaborate and know how to welcome. In an ecologic and developmental perspective, having into account the specificity of each teenager and in a multidisciplinary approach, PAJE performs in three axes: support and intervention to former-foster youth in despair situations, punctual and continued situations; Training and collaboration with Foster Care

Institutions with foster youth and professionals; Multidisciplinary scientific research, Aiming to disseminate and be an active voice in the public policies of this area. Evaluating the downstream problem, the Plataforma PAJE intends to prevent it, developing its work in the foster care institutions, through training actions with foster youth and their caregivers. The dozens of young people who ask for our support, some of them with cognitive impairment and/or fragile social networks, take PAJE's everyday to also focus on minimizing the helplessness felt by these premature victims of their own families and/or society. As for this, Plataforma PAJE uses an educational non-formal model, directed to autonomization, respecting individuality, based on each life story, supporting, orientating and training youth and adults, promoting a successful emancipation, favorable transitions and social inclusion.

**Keywords:** Youth, Autonomization, Social inclusion, Social contexts.

## Introdução

As histórias de vida de cada indivíduo refletem um leque infinito de possibilidades e diferenças, não existindo duas iguais. No entanto, existem semelhanças: histórias marcadas pelos mesmos temas ou experiências, pela convivência na mesma cultura ou escola, família ou grupo desportivo. Não é raro que famílias desestruturadas, maus-tratos e institucionalização façam parte dessas histórias, muitas vezes categorizando as crianças que se desenvolvem nestes meios como vítimas precoces.

É durante a infância que o desenvolvimento humano é mais suscetível às mudanças. Os sistemas estão em pleno crescimento e formação, vulneráveis às adaptações ao meio ambiente. Quando este meio se mostra uma ameaça, a plasticidade cerebral molda-se à necessidade de sobrevivência, alterando o funcionamento e estruturas normais de vários constituintes neurobiológicos humanos. Tais mudanças possuem consequências a longo prazo, nomeadamente a nível cognitivo, emocional e comportamental. Não sendo impossível, quanto mais tardia for a intervenção para alterar estas disfunções, mais complicado se torna o desafio.

Crianças institucionalizadas têm por princípio uma história negativa que os levou ao acolhimento. Embora, no passado, as instituições fossem um lugar de acolhimento de órfãos de pai e de mãe, na atualidade, as crianças institucionalizadas são retiradas às famílias por estas constituírem um grande perigo para o seu desenvolvimento e, inclusive, para a sua vida. É muito comum ainda existir um dos progenitores ou mesmo os dois, ou outros membros da

família. Os temas que agora justificam a institucionalização rondam o abandono, a negligência, os maus-tratos (físicos e psicológicos) e a exposição a violência e consumo de substâncias.

Estas situações são um ponto crucial na história desenvolvimental, representando verdadeiros danos que, sem auxílio adequado, jamais serão revertidos. No entanto, a institucionalização não surge como a solução mais eficiente, constituindo mais um perigo no desenvolvimento das crianças. As suas respostas não são suficientes, havendo uma tendência generalizada para isolar as crianças da sociedade em geral e de não prestar os cuidados emocionais e de atenção necessários (Berens & Nelson, 2015).

A PAJE foca o seu trabalho num grupo específico de jovens que mostra empírica e estatisticamente vulnerabilidade ao meio devido às suas experiências de vida. É sua missão ajudar os jovens que estão prestes a deixar as instituições de acolhimento, ou que já as abandonaram, na sua autonomização, zelando pela integração destes na sociedade como cidadãos funcionais. Este desafio implica mecanismos de ação que não são de todo estandardizados, mas sim adequados às necessidades de cada indivíduo. Surge então a problemática da implementação de uma educação e apoios não-formais, que não constituam mais uma obrigação aparentemente dispensável, mas, ao invés, uma oportunidade de aquisição de ferramentas indispensáveis a uma vida melhor.

É de salientar que o presente artigo apresenta uma das realidades mais negras e problemáticas da institucionalização, a qual afeta ainda um grande número de jovens. Outras situações existem, casos de maior sucesso, instituições mais bem adaptadas ou exceções extraordinárias à regra. Mas com mais ou menos impacto, toda a experiência institucional, incluindo o antes e o depois, afeta o desenvolvimento harmonioso da criança e/ou jovem.

### Maus-tratos e Institucionalização no Desenvolvimento

Os jovens que cresceram nas instituições mostram com frequência problemas a nível social e comportamental, dificuldades na regulação emocional e de adaptação. Vários estudos mostram diferenças estruturais em várias áreas do cérebro, nomeadamente nas responsáveis pelas emoções e memórias. Apesar de ainda não haver um entendimento completo do funcionamento e disfunção das redes neurológicas que estão na base destes problemas, sabe-se que a exposição a situações críticas, como os maus-tratos e a negligência, durante o desenvolvimento da criança, tem repercussões nesse mesmo desenvolvimento (a longo prazo), criando padrões nocivos originários de respostas originalmente adaptativas à situação de perigo. Quando uma intervenção/mudança positiva de contexto aparece antes dos dois anos, os efeitos nocivos podem ser completamente alterados. Com o desenvolvimento e maturação do cérebro, torna-se cada vez mais

complicado, com a idade, reverter as disfunções causadas (Berens & Nelson, 2015).

Os maus-tratos podem tomar diferentes formas, esconder-se por detrás de várias máscaras e, por vezes, nem serem detetados. Os estudos científicos encontram padrões cada vez mais consistentes a nível das consequências dos maus-tratos e do desenvolvimento sob exposição prolongada e excessiva ao stress.

A falta de relações de qualidade dentro das instituições é um dos principais constrangimentos do acolhimento residencial (Freundlich & Avely, 2006, cit. por Calheiros et al., 2013). Sampaio (2006), remetendo às teorias de Bowlby e de Ainsworth, defende que a qualidade das experiências de vinculação precoces, tanto durante a infância como durante a adolescência, tem uma influência direta na capacidade da criança para construir posteriormente laços afetivos na sua vida.

Há estudos que nos mostram a influência da institucionalização no funcionamento socio-emocional logo nos primeiros meses de vida. Uma investigação realizada em 2012 com 85 crianças com idades entre os 12 e os 30 meses de idade, em 19 Casas de Acolhimento, mostrou a dificuldade destas crianças para criar laços afetivos com os seus cuidadores e a existência de padrões atípicos de vinculação na metade destas crianças (Soares, I., Batista, J., Marques, S. & Silva, J., 2012). Outro estudo apresentado em 2009 centrou-se no desenvolvimento mental e na qualidade do funcionamento socio-emocional de 16 crianças entre os 3 e os 6 anos, institucionalizadas em Casas de Acolhimento Temporário, relacionando-os com a qualidade das narrativas sobre o apego dos seus cuidadores. Neste caso, os resultados sugeriram que o nível de desenvolvimento mental ficava abaixo dos valores normativos (Pereira, 2010).

A teoria da vinculação (Bowlby, 1969) defende que as crianças criam referências humanas de comportamento com base nas pessoas com quem têm uma relação de proximidade de afeto. São essas pessoas quem lhes ensinam as noções de bem e mal, correto e incorreto e todas as outras relacionadas com ações comportamentais. O que acontece nas crianças e jovens institucionalizados é que a perda ou não existência de uma dessas referências pode desequilibrar, ainda mais, aspetos importantes das suas vivências sociais. É, portanto, essencial que exista um acompanhamento contínuo e humanizado por parte dos educadores das instituições para que se possa estabelecer uma relação de confiança e se crie um ambiente securizante que garanta um desenvolvimento harmonioso para a criança/Jovem.

No entanto, nem sempre existe esta relação de confiança e, mesmo que tenha existido, quando os jovens acolhidos atingem a idade adulta, muitos saem dos Lares onde cresceram sem qualquer apoio de retaguarda. Esta transição é muito significativa para os jovens e tem de ser compreendida sob uma perspetiva holística, englobando todos os contextos onde estão ou tenham estado inseridos. Na tentativa de compreensão das conexões entre as principais esferas de desenvolvimento (família, escola, instituição), surge como uma referência

o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979/2004) ou, mais recentemente denominado, modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), que considera o desenvolvimento de forma vasta, focando-se nas interações das pessoas nos seus distintos contextos de vida.

Segundo Bronfenbrenner, as transições não-normativas (nas quais se incluem acontecimentos inesperados como a entrada para uma casa de acolhimento) ou normativas (como a autonomização planeada), são geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano destaca a importância das transições que ocorrem no ambiente ecológico - as chamadas transições ecológicas - consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças no desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/2004).

Em termos práticos, Schlossberg refere que, fazendo uma leitura dos 4 S's (Situation, Support, Self, Strategies) do indivíduo, é possível delinear a área do problema e serenar o sofrimento da mudança, modificando essa área (Schlossberg, 1977).

Para os jovens adultos em geral, o modelo tradicional de transição engloba a sucessão de três fases bem definidas e delimitadas: o trajeto escolar, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e a saída da casa dos pais (Galland, 1991). Se é notório que essas três esferas permanecem essenciais para a esmagadora maioria dos jovens, elas tendem a ser adiadas e deixam cada vez mais de corresponder a três fases claras e bem delimitadas do processo de transição. Para os adultos e jovens adultos ex-institucionalizados que se autonomizaram na Casa de Acolhimento onde cresceram, um regresso à casa dos pais, por norma, está posto de parte, emergindo antes em novos modelos não-lineares de transição, centrados no risco e na imprevisibilidade, caracterizados por uma sucessão de situações complexas e transitórias, experiências e retrocessos ( Brannen & Nilsen, 2002). Por um lado, a entrada no mercado de trabalho nem sempre é consistente e duradoura, por outro o casamento raramente está associado à saída da instituição, fatores que abrem um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências.

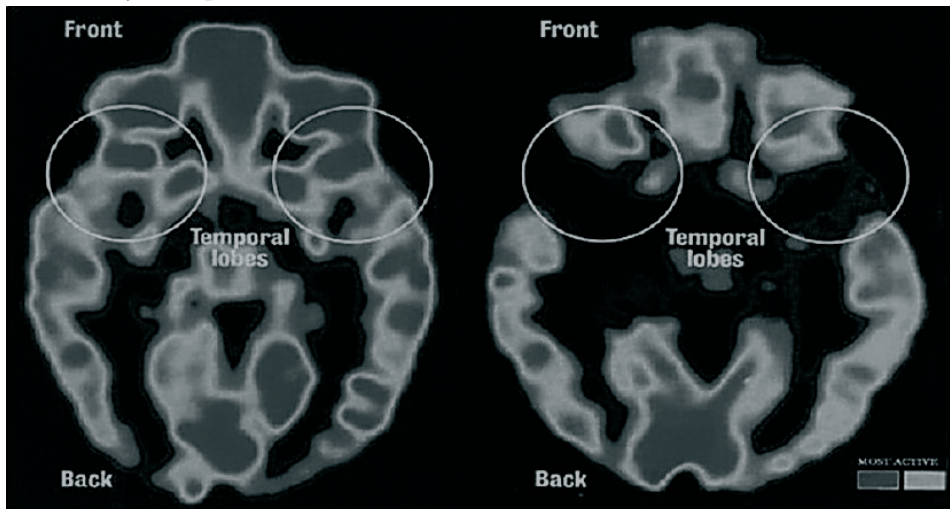
O jovem adulto em processo de autonomização necessita de se adaptar à mudança e fazer uma transição positiva, pois os bons e os maus episódios exigem alterações na sua compreensão do mundo e, se assim não acontecer, podem destabilizar os seus procedimentos. Se compreendidas e suportadas, as transições podem ser momentos decisivos e oportunidades; porém, se tal não acontecer, podem conduzir à depressão a longo prazo, à quebra de relacionamentos e de carreiras, ou até ao suicídio.

Alguns jovens institucionalizados evitam a todo o custo pensar no momento da saída da Casa de Acolhimento, adiando a tomada de decisões, comungando de um certo "sebastianismo salvador" que possa inverter as coisas ou resolvê-las por si mesmo.

No entanto, não podemos esquecer que a natureza humana é pluralista, o que equipa o ser humano de uma capacidade aparentemente única de tolerar as mudanças e adversidades, adaptando-se ao seu meio (Bronfenbrenner, 1979, citado por Bronfenbrenner, 1994). Assim, existem casos de sucesso de jovens que ultrapassam as suas barreiras desenvolvimentais. A resiliência é uma característica essencial para o sucesso.

Os dados científicos nem sempre suportam as observações empíricas. Com efeito, as investigações nesta área têm sido muitas vezes inconsistentes. Especula-se que uma das grandes razões para tal seja a sua natureza multidimensional e plurideterminada. Por outro lado, encontraram-se sistematicamente correlações entre a exposição a ambientes adversos, como a pobreza e os maus-tratos. O cérebro de crianças de estratos socioeconómicos mais baixos é cerca de 6% mais pequeno do de outras crianças. É de notar que correlações não são causas, sendo que, por exemplo, famílias de estratos elevados podem igualmente envolver-se em situações de violência doméstica, abuso sexual, negligência, entre outros. Imagens cerebrais são os melhores indicadores do contraste em estrutura e atividade nos cérebros de crianças normais e crianças que cresceram num ambiente de negligência. A figura 1 mostra a diferença de atividade neuronal entre uma criança saudável e uma criança que cresceu num orfanato, desprovida de grande contacto emocional. A baixa atividade nos lobos temporais pode indicar falta de capacidade para o relacionamento social e emocional com os outros.

**Figura 1** - Atividade cerebral num cérebro saudável (esquerda) e num cérebro sujeito a privação afetiva (direita)

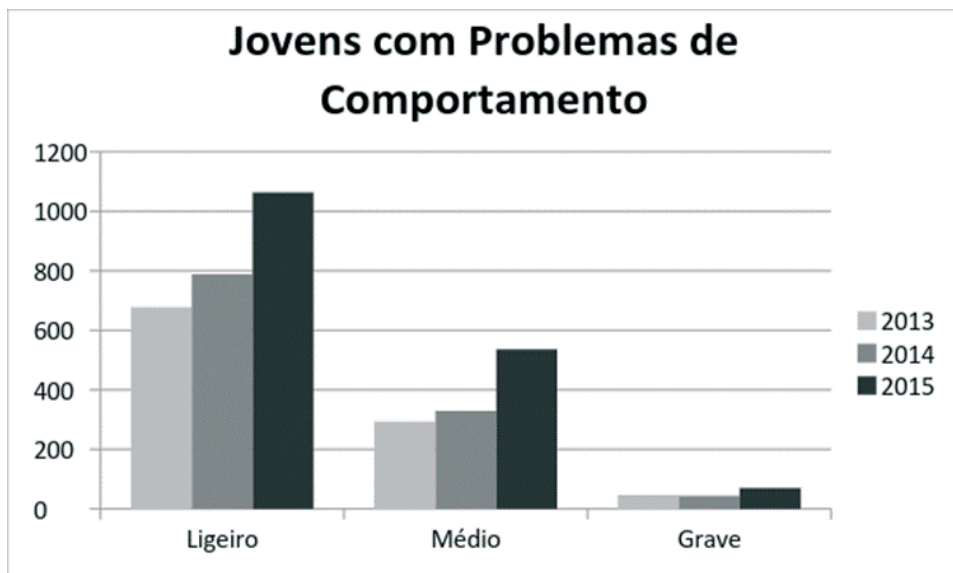




A grande questão é compreender o porquê e como se criam tais disfunções que comprometem toda a vida de uma pessoa. Empiricamente, apontam-se os comportamentos inadequados e má prestação na escola, muitas vezes rotulando as crianças e adolescentes de antissociais, problemáticos ou “casos perdidos”. Na idade adulta podem persistir os comportamentos disruptivos que os levam a vícios e a problemas com a lei. A ciência e o diálogo trazem toda uma nova compreensão destes casos. A tendência existe, mas não é uma regra nem uma inevitabilidade. A sua compreensão permite a eficácia da intervenção, preferencialmente primária.

Numa análise ao Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) do Instituto da Segurança Social (2015), apurou-se que os jovens entre os 15 e os 17 anos apresentam predominantemente problemas de comportamento Ligeiros em detrimento dos Médios e Graves (figura 2). Ainda assim, os mesmos dados revelam-nos que tem havido um aumento no número de jovens com problemas de comportamento.

**Figura 2** - Jovens institucionalizados com problemas de comportamento entre os 15 e 17 anos



O sistema nervoso central está programado para responder a situações de stresse de forma adaptativa. No entanto, se o organismo for exposto de forma violenta ou prolongada a tais situações, podem desenvolver-se lesões e padrões disfuncionais com efeitos nocivos a nível social, cognitivo, emocional,

na aprendizagem, na saúde e no comportamento (Iwoa, 2012). É no seguimento desta lógica que crianças que são vítimas precoces, e mais especificamente os jovens ex-acolhidos, estão suscetíveis a constituir uma dimensão geralmente ignorada de necessidades educativas especiais (NEE).

### A PAJE e a Educação Não-Formal

Gaspar (2014) refere a escassez de estudos e de literatura sobre a transição dos jovens para fora das instituições. São igualmente poucos os estudos que se focam nos comprometimentos socio-emocionais das crianças institucionalizadas, as quais mostram muitas vezes, empiricamente, padrões de afeto e relacionamento atípicos. Quanto maior for a duração do acolhimento institucional, maiores serão os comprometimentos no desenvolvimento.

A saída da instituição não é a primeira transição tumultuosa na vida do jovem. Já o foi também a entrada ou as mudanças entre instituições. Para ambas as transições, existe uma notória falta de mecanismos de apoio à adaptação, fazendo da institucionalização uma etapa que pode ser extremamente disruptiva. Na primeira mudança, é comum os jovens preferirem inclusive ficar no seio de famílias desestruturadas e de risco onde possuem figuras de vinculação, mesmo que estas os maltratem. Na mudança para fora da instituição, em paralelo com a chegada à idade adulta (mais ainda sendo demasiado novo), o jovem é lançado ao “mundo real”, para o qual não possui treino. Em ambas as situações há uma quebra de contato com figuras significativas e a exposição a um meio novo e assustador. Para nenhuma existe um acompanhamento adequado e facilitador. O paradigma mais aceite na atualidade chama a atenção para a falta de figuras de vinculação e o quão prejudicial é para o desenvolvimento não a ter, ou ter uma figura com quem a vinculação é extremamente insegura. Na instituição, os cuidadores tornam-se as pessoas mais próximas dos jovens, aquelas que os poderão motivar, aconselhar e serenar. Por outro lado, estes não revelam, em geral, a dedicação adequada à substituição de uma figura de vinculação. Pelo contrário, como figuras potencialmente significativas, a sua conduta distante e autoritária pode ser mais um fator prejudicial no desenvolvimento. Estas figuras – professores, auxiliares – e também as relações com os pares, podem constituir vivências negativas, não se adequando às necessidades de suporte e confiança que deveriam ser. A saída da instituição é pouco ou nada preparada (Gaspar, 2014), o que pode também levar à leitura, por parte do jovem, de desinteresse por parte dos cuidadores. Para muitos, ao saírem, fica o vazio e a solidão.

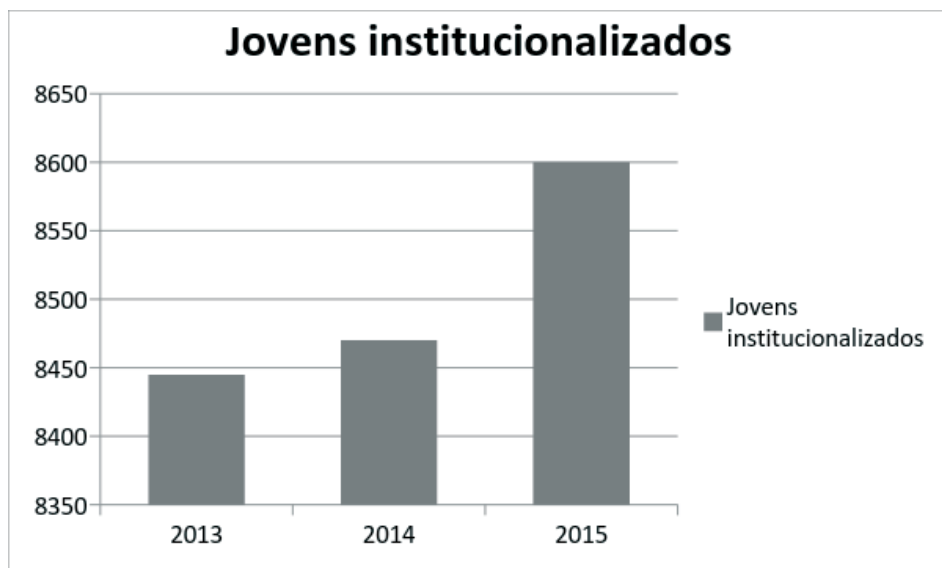
É necessário então um aumento da investigação nesta área, para uma melhor compreensão dos sistemas e temas que envolvem a realidade institucional. É igualmente necessária maior atenção para as dificuldades sentidas pelos jovens para se autonomizarem e consequentemente mais suportes para os mesmos.

## O surgimento da Plataforma PAJE – Apoio a (ex)acolhidos

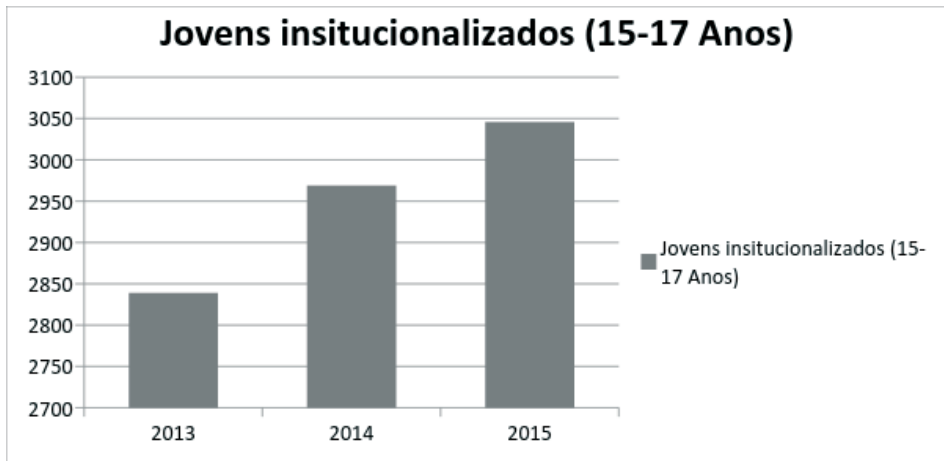
A PAJE nasceu no âmbito de um projeto de investigação/ação e como fruto de cerca de quinze anos de trabalho de campo em contacto com jovens institucionalizados, acompanhando o seu percurso durante e após a institucionalização. Nesta sequência desenvolveu-se a tese de doutoramento “Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados” (Gaspar, 2014). Como o nome indica, a tese focou-se nas dificuldades que os jovens encontram ao saírem das instituições sem a vivência normativa na família, muitas vezes desprovidos de conhecimentos e capacidades que lhes permitam a autonomização e a transição eficaz para os contextos sociais, familiares e profissionais.

O surgimento da PAJE advém também da análise dos dados do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA) do Instituto da Segurança Social que traduzem um aumento dos jovens institucionalizados nos últimos três anos (2013, 2014 e 2015) como se pode verificar no seguinte gráfico (figura 3). Observou-se, então, um aumento de 155 jovens em regime de institucionalização entre 2013 e 2015. Observou-se ainda, através da análise dos mesmos relatórios, que também dentro da faixa etária dos 15 aos 17 anos houve um aumento nos últimos três anos (figura 4), o que confirma a pertinência da criação e existência de uma plataforma que preste apoio não só aos jovens no período pós-acolhimento, mas também no período de pré-autonomização.

Figura 3 - Número de Jovens Institucionalizados nos últimos 3 anos



**Figura 4** - Número de Jovens Institucionalizados com idades entre os 15 e os 17 anos, nos últimos 3 anos



As taxas de insucesso escolar entre os jovens institucionalizados são significativas. Segundo os dados do Relatório CASA dos últimos dois anos (2014 e 2015) verificou-se que nos jovens entre os 15 e os 17 anos existe um elevado número de insucesso escolar como é possível observar nos gráficos abaixo (ilustrações 5 e 6).

**Figura 5** - Insucesso Escolar em Jovens entre os 15 e os 17 anos no ano de 2014

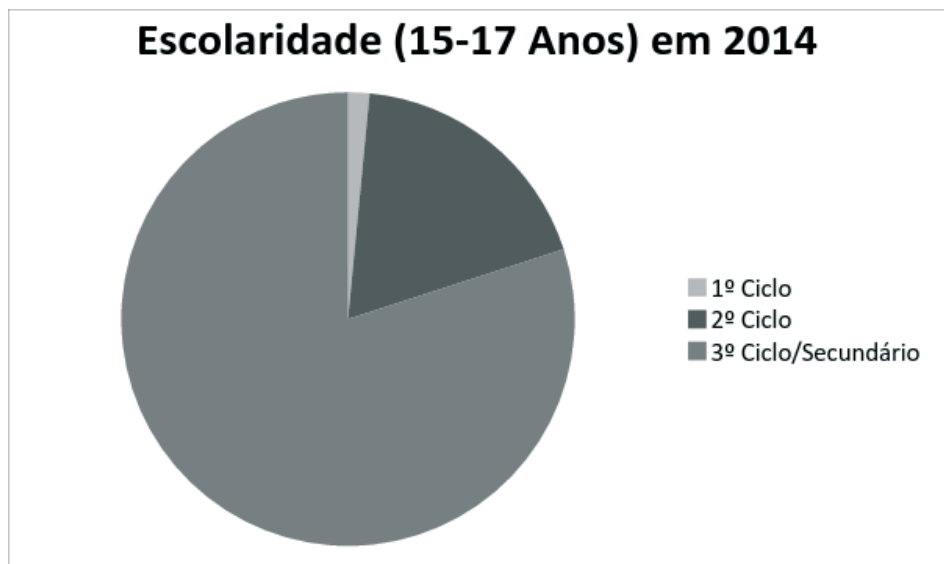
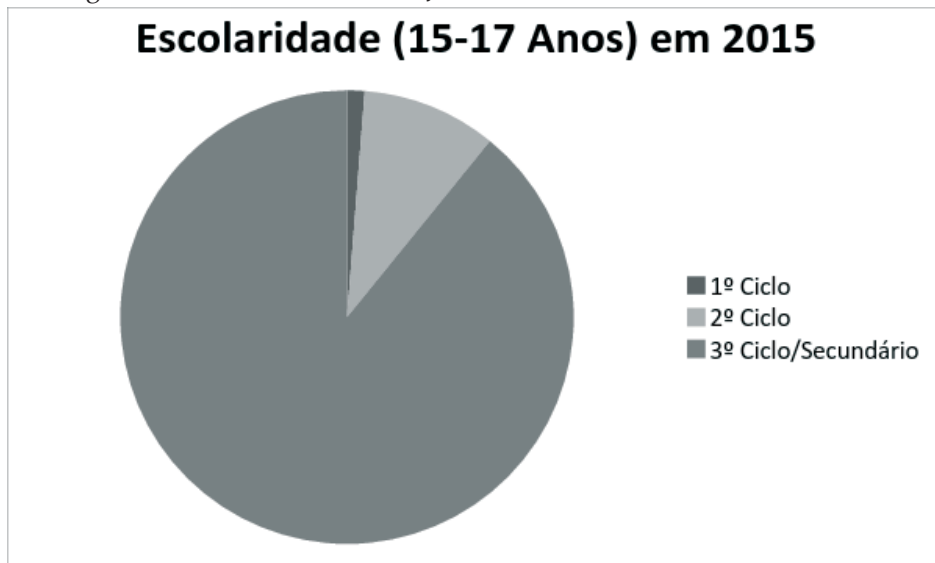


Figura 6 - Insucesso Escolar em Jovens entre os 15 e os 17 anos no ano de 2015



Apesar das causas para tal efeito serem múltiplas, surge uma preocupação por ultrapassar as barreiras da educação formal, à qual os jovens mostram falta de responsividade.

A educação formal é construída à volta de um sistema rigoroso de regras e obrigações. A principal entidade formal na vida de uma criança/adolescente é a escola. Os professores são os agentes educadores, muitas vezes pouco alertados para as necessidades especiais dos alunos, nomeadamente daqueles que não estão formalmente categorizados nas NEE e que são, por vezes, vistos como marginais. De uma perspetiva ecológica, as crianças institucionalizadas podem desenvolver problemas que são deficitários do seu comportamento. Se o meio cria barreiras com impacto neurológico, as dificuldades consequentes serão generalizadas aos vários contextos de vida. O social é muitas vezes ignorado, desleixando a aptidão relacional, da qual o ser humano é extremamente dependente. O meio escolar é, por força da sociedade, um dos mais valorizados, mas as verdadeiras razões para o insucesso no mesmo são regularmente ignoradas. Quanto melhor a posição socioeconómica da família maiores as probabilidades de atenção e acompanhamento psicológico, incluindo diagnóstico de uma perturbação. No caso de jovens em instituições, não existe família nem poder social que alerte alguma preocupação para os potenciais comportamentos e desempenhos atípicos. Por outro lado, a educação informal é também condicionada aos jovens, os quais são retirados do seio da família, afastados da sociedade e de outros contextos que forneceriam, noutras circunstâncias, aprendizagens imprescindíveis à vida social

e comunitária São subvalorizadas as aprendizagens mais simples desde tomar conta de uma casa a preencher documentos do cotidiano de qualquer cidadão. Não existem ensinamentos de pertença a um grupo, o qual transmitiria valores e normas. Cessam as experiências vivenciais do que é viver em família, numa cultura, numa religião ou num grupo de amigos.

A educação não-formal surge como resposta às necessidades causadas por estas condicionantes. A problemática surge das necessidades e desafios do dia-a-dia. Caracterizada pela participação voluntária ou pela força das circunstâncias de vida, a educação não-formal estabelece um meio onde o agente educador é o "outro", numa dinâmica interativa e coletiva que visa capacitar o indivíduo para ser um cidadão no mundo (Gohn, 2006).

La Belle (1981, 1982) divide o sistema educativo em três setores: educação formal, educação informal e educação não-formal. A educação formal refere-se à existência de uma instituição, é cronológica e hierarquicamente estruturada. A educação informal é um processo que decorre ao longo da vida em que a pessoa vai adquirindo, aprendendo e acumulando conhecimento, ferramentas, atitudes e percepções diferentes devido ao contacto com os diferentes desafios que lhe vão surgindo. No fundo, resultam do seu contacto com o meio envolvente. Por fim, a educação não-formal é definida pela autora como qualquer tipo de formação organizada, sistemática ou qualquer atividade programática educacional, externa ao enquadramento da educação formal, para determinado grupo-alvo e com tipos de aprendizagem selecionados. Os diferentes tipos de educação coexistem simultaneamente, por vezes de forma harmoniosa e outras vezes de forma conflituosa. A diferença está, segundo a autora, no nível de formalidade imposta ou na ênfase dada à formalidade que faz com que, para além da educação formal, a educação informal e não-formal possam ou não coexistir na mesma configuração institucional. La Belle conclui afirmando que todos os indivíduos estão sempre vinculados a uma ou mais formas de educação e de experiências educativas da qual cada um cria uma figura única da influência educacional consoante o seu nível socioeconómico, género e identidade étnica e religiosa.

Chazan (2003) afirma que a educação não-formal, no período pós-moderno, passará por mudanças significativas no sentido em que, provavelmente se virá a tornar no modelo de educação mais predominante. Devido à sua natureza, menos enraizada teoricamente e menos institucionalizada que a educação formal, é mais facilmente capaz de mudar consoante as mudanças nos desafios que se vão afigurando em termos educacionais.

A educação não-formal é mais flexível e menos estruturada que a educação formal. Por esta razão, é capaz de providenciar um espaço seguro e protegido aos adolescentes que precisem e queiram deliberadamente dar passos em direção à sua independência e adultez sem terem que passar pelo confinado sistema de educação formal. Em larga medida, os objetivos da educação não-formal passam

por ajudar os adolescentes a lidar com a luta pela sua identidade pessoal. Durante a adolescência os jovens passam por mudanças a vários níveis relacionadas com uma infinidade de tarefas desenvolvimentais tais como a sua personalidade, identidade pessoal e social e, também, a tomarem autonomamente decisões acerca do seu futuro. As experiências dos adolescentes em âmbito social não-formal exigem que estes desenvolvam estratégias de coping em várias áreas que a educação não-formal não pode ou não é capaz de acomodar/trabalhar (Romi, Shlomo, Schmida, Mirjam, 2009).

Para os voluntários e técnicos que intervêm diretamente com jovens em risco, o objetivo é criar um ambiente positivo e contentor de figuras de referência positivas que lhes vão dar espaço para que estes (jovens) possam reformular hábitos e atitudes e criem vínculos significativos com estas mesmas figuras de referência que mantêm uma atitude previsível, estável, afetuosa e capaz de definir limites e obrigações.

As questões de formação de identidade no âmbito da educação não-formal também se aplicam aos jovens que não estão em risco embora em menor grau. Estes últimos, por norma, participam em atividades de educação não-formal de forma não deliberada. Ainda assim, esta definição permite-lhes expressar de forma autónoma o seu desenvolvimento. Este modelo de educação também afeta a maneira dos jovens verem o mundo, os seus hábitos, a responsabilidade pessoal e sentimentos numa variedade de áreas da sua vida características do mundo em que vivem. A educação não-formal tem um fator de espontaneidade, de imprevisto e de relações humanas mais igualitárias. Consequentemente, os jovens podem desfrutar de sentimentos de pertença e, mais importante que tudo, encoraja os jovens a construírem as suas experiências de forma autêntica sem temerem as reações dos outros.

Atuando em três eixos de intervenção – Apoio, Formação e Valor Humano – a Plataforma PAJE visa promover a inclusão social através de uma equipa multidisciplinar, criando laços de confiança interesse mútuo, concorrendo para um contexto securizante, tão necessário para quem já sofreu abandonos.

A PAJE propõe-se prestar apoio (psicológico, jurídico, aconselhamento, etc.) de forma informal, colocando os conhecimentos e experiência de profissionais voluntários, ao serviço de quem não foi bafejado pela sorte, numa fase precoce da vida, restituindo um pouco de justiça; evitar a exclusão e promover a inclusão (social, laboral...) assim como umas transições favoráveis; colmatar a falta de amparo a uma população maioritariamente com redes sociais frágeis e ignorância do funcionamento de instituições (saúde, financeiras, segurança social, etc.), no período pós-acolhimento. A vertente formação é dirigida aos ex-acolhidos, aos acolhidos em pré-autonomia e aos cuidadores e candidatos a cuidadores, considerando que trabalhando nas Instituições de Acolhimento, tentando junto destas casas promover as boas práticas. No terceiro eixo, Valor Humano, foca-se

na mobilização de voluntários, sejam profissionais qualificados ou pontuais, na sensibilização da sociedade e na investigação científica.

A Plataforma PAJE funciona como um observatório do Acolhimento Residencial que permite avaliar o perfil de saída, a integração familiar, social e profissional dos jovens para poder desde logo atuar com procedimentos adequados para a preparação de uma autonomização favorável. Este observatório permite e auxilia na produção científica.

## **Conclusão**

Uma sociedade desenvolvida necessita de formar e capacitar os seus cidadãos. Se ainda estamos longe de controlar as circunstâncias de vida, por vezes geracionais, que levam as crianças a um desenvolvimento precário e à institucionalização, podemos antes melhorar as suas vidas com os contextos que temos. Os jovens são retirados às suas famílias por estas constituírem um ambiente prejudicial. As instituições teriam, hipoteticamente, melhores condições. Na prática, muitos outros fatores intervêm, fazendo da entrada na instituição uma mudança problemática. A sua vivência, aqui, está sujeita à falta de afetos e proximidade, tornando-se um fornecedor de mais memórias negativas, cumulativas às vividas na família. Adicionalmente, existe uma grande falta de suporte às transições e de aprendizagens necessárias à vida para além da instituição.

O aumento do número de jovens institucionalizados, bem como o impacto negativo desta mesma institucionalização (por exemplo, a nível de atividade cerebral e de insucesso escolar), são fatores aos quais não podemos ficar indiferentes. Surge assim, de forma premente, a necessidade de colmatar estas necessidades nesta população específica. A Plataforma PAJE desempenha este papel a partir de uma idade crucial para o jovem: do fim da sua adolescência e passagem à idade adulta. A autonomização é uma capacidade que não aparece facilmente ao alcance dos jovens que saem das instituições. A falta de suporte e afeto, assim como a falta de modelos e aprendizagens, prejudica tanto a vivência interna como a social. Consequentemente, muitos tendem a procurar escapatórias da realidade e a enveredar por escolhas de vida nocivas a si e aos outros. Muitas vezes repetem-se os ciclos viciosos.

A Educação não-formal surge como uma medida mais acessível à necessidade e disposição dos jovens (ex)acolhidos. Afastando-se de uma imposição excessiva de regras adaptadas a uma sociedade na qual não estão incluídos, a formação não-formal conta com o empenho voluntário dos jovens e com a compreensão de que precisam de ajuda. O que aprendem é prático, útil e visa promover a sua integração na sociedade e melhoria de vida.



Os caminhos a percorrer são árduos e longos, há muito trabalho a fazer para alterar a realidade esmagadora dos milhares de crianças que crescem sem boas oportunidades de desenvolvimento e dos adultos que surgiram dessas histórias. No entanto, a visibilidade para estes contextos e para resoluções sistémicas tem vindo a crescer, influenciando leis e comportamentos institucionais. As portas estão abertas para mudanças futuras.

## Referências

- Belsky, J. (1993). Etiology of Child Maltreatment: A Developmental - Ecological Analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Berens, A. E., & Nelson, C. A. (2015). The science of early adversity: is there a role for large institutions in the care of vulnerable children?. *The Lancet*, 386(9991), 388-398.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Volume 1-Attachment*. (2nd Ed). New York: Basic Books. ISBN: 0-465-00543-8.
- Brannen, J., & Nielsen, A. (2002). Young People's Time Perspectives: From Youth to Adulthood. *Sociology*, 36(3), 513-537.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological Models of Human Development. In *International Encyclopedia of Education*, Vol. 3, 2nd. Ed. Oxford: Elsevier. Reprinted in: Gauvain, M. & Cole, M. (Eds), *Readings on the development of children*, 2nd Ed. (1993, pp. 37-43). NY: Freeman.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Theoretical models of human development* (5 ed., pp. 993-1028) (*Handbook of child psychology*; Vol. 1). New York: Wiley. ISBN: 978-0471272885.
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. Londres: Sage.
- Calheiros, M.M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M.V. (2013). Desenvolvimento de um Programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M.M. Calheiros & M.V. Garrido (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção* (pp. 241-294) (vol. 3). Lisboa: Edições Sílabo. ISBN: 978-972-618-632-8
- Chazan, B. (2003). The philosophy of informal Jewish education. *The encyclopedia of nonformal education* (13-30).
- Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse : l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.
- Gaspar, J. P. (2015). *Os desafios da autonomização - estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados* (Ed. 1). Porto: Euedito. ISBN:

- 978-989-20-5257-1.
- Gauvain, M., & Cole, M. (1993). *Readings on the development of children* (pp. 37-43) (2nd. Ed.). New York: Freeman.
- Ghon, M. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Vol. 14(50). 27-38. Rio de Janeiro.
- Gudmunson, C. G., Ryherd, L. M., Bougher, K., Downey, J. C. & Zhang, D. (2013). *Adverse childhood experiences in Iowa: A new way of understanding lifelong health*. Iowa: Central Iowa ACEs Steering Committee.
- Instituto da Segurança Social (2013). *CASA 2013: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social (2014). *CASA 2014: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- Instituto da Segurança Social (2015). *CASA 2015: Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I. P. – Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/Unidade de Infância e Juventude.
- La-Belle, T. J. (1981). An introduction to the non-formal education of children and youth. *Comparative Education Review*, 25(3), 313-329.
- La-Belle, T. J. (1982). Formal, non-formal and informal education: A holistic perspective on lifelong learning. *International Review of Education*, 28(2), 159-175.
- La-Belle, T. J., & Sylvester, J. J. (1990). Delivery systems – formal, non-formal, informal. In R.M. Thomas (Ed.), *International comparative education* (pp. 141-160). Oxford: Pergamon Press.
- Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S. & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2). 222-231.
- Romi, S. & Schmida, M. (2009). Non-formal education: a major educational force in the post modern era. *Cambridge Journal of Education*, 39(2), 257-273.
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o Mar: um Novo olhar sobre o relacionamento entre pais e filhos*. Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 9789722118231.
- Schlossberg, N. & Entine, A. (Eds.) (1977). *Counseling Adults in Transition: Linking practice with theory*. California: Brooks/Cole Publishing Company.